



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: ZÉ TURIN**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02/09/2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

- Reunião semipresencial.

**O SR. PRESIDENTE (Zé Turin)** – Declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública semipresencial da Comissão de Administração Pública, do ano de 2020.

A íntegra da transmissão desta audiência pública estará disponível ao público em geral, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), no *link* Audiências Públicas.

Esta audiência pública trata do projeto de lei nº 309/2020, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento e do Vereador Eduardo Tuma, Presidente desta Casa, do PSDB, que altera a redação do artigo 16 da Lei Nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003, e dá outras providências – suspensão temporária do benefício fiscal de ISS relativo aos setores que especifica.

Gostaria de saber se está presente algum Vereador ou Vereadora desta Comissão de Administração Pública, por favor, se apresente porque não estou visualizando aqui na tela.

Tem a palavra a primeira oradora inscrita, Sra. Viviane Gomes Capucci Calbo.

**A SRA. VIVIANE GOMES CAPUCCI CALBO** – Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Zé Turin)** – Boa tarde, Viviane. Com a palavra.

**A SRA. VIVIANE GOMES CAPUCCI CALBO** – Nesse caso o senhor necessita que eu fale sobre o quê? Sobre minha opinião nesse caso?

**O SR. PRESIDENTE (Zé Turin)** – Exatamente. A senhora se inscreveu para falar sobre o PL 309/2020.

**A SRA. VIVIANE GOMES CAPUCCI CALBO** – Não para falar, na verdade gostaria de assistir só.

**O SR. PRESIDENTE (Zé Turin)** – Entendi. A senhora se inscreveu no *link* desta Comissão de Administração Pública. Está *ok* então.

Tem a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Otelio Chino Junior. (Pausa)

Próxima oradora, Sra. Rita de Cássia Bessa dos Santos. (Pausa)

Próxima oradora, Sra. Monica Aparecida Barros Ferreira. (Pausa)

Pelo visto, acho que não há ainda nenhum orador conectado.

Sobre o PL 309/20, eu, Vereador Zé Turin, Presidente desta Comissão, sou totalmente contrário, uma vez que estamos vivendo um momento muito difícil. Antes dessa pandemia já não estávamos com a economia muito equilibrada e depois da pandemia, por causa dos investimentos na área da Saúde, no social, realmente tivemos vários setores de diversos segmentos abalados, devido à crise.

Então repassar hoje, aumentar impostos num momento tão difícil, não acho justo. Falo que para você poder ajudar alguém, não importa de que forma, você tem de estar bem. Então não podemos sacrificar de certa forma aquelas empresas, aqueles segmentos que hoje têm ainda uma condição financeira de poder atender aquele que vai precisar de um socorro.

Então aumentar hoje os impostos é repassar para o consumidor final essas alíquotas, isso sem sombra de dúvida. Nenhum segmento neste país vai hoje contribuir com um imposto a mais, a maior, sem repassar isso ao consumidor final. E até chegar ao consumidor final nós temos aí as empresas.

Então sendo muito bem claro digo que hoje repassarmos um aumento de ISS, ou qualquer imposto, a instituições financeiras que ainda têm pouca esperança não é correto. Temos que trabalhar aqui, eu sou empresário do comércio e tenho trabalhado para que, hoje, o Executivo possa, de certa forma, suspendê-lo, assim como nós votamos projetos na Câmara e suspendemos alguns tributos que a população não consegue repassar, não consegue pagar, nesse momento tão difícil que estamos vivendo por conta da pandemia.

Então, pedimos ao Executivo a suspensão e a prorrogação de prazos para que os empresários possam respirar. Aos poucos, estão retomando as suas atividades e, quando eles tiverem, de fato, um equilíbrio econômico, poderão fazer os seus recolhimentos.

Também apresentei alguns projetos nesta Casa para que, enquanto alguns empresários tiveram as suas prejudicadas por conta da pandemia, ou suas atividades paralisadas, o Prefeito da cidade de São Paulo pudesse isentá-los, nesse período em que suas

empresas estiveram fechadas, do imposto, do IPTU; também aqueles que tinham uma dívida com o Município de qualquer tributo, como o ISS, que possam ter seus tributos suspensos, para que eles possam pagar, de forma parcelada, no ano que vem.

Sendo assim, é inadmissível, num momento como esse, esta Casa votar qualquer projeto de qualquer natureza que venha a onerar o empresário. Se isso acontecer, com certeza, o repasse será feito ao consumidor final.

Portanto, eu sou contra e espero que os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras desta Casa possam, de fato, analisar com muito carinho não só este projeto, mas todo projeto que trate de aumento de tributo.

Nós temos que trabalhar para ajudar alguns segmentos que precisam de socorro, e as instituições financeiras possam estudar propostas para socorrer esses empresários, para que possamos manter a economia equilibrada. Também lamento muito pelo fato de que hoje o pequeno e médio empresário deste país não tem recebido muita ajuda dos Governos Federal, Estadual ou Municipal. O que percebemos é que os grandes empresários, que são os que menos precisam, são os que têm acesso a recursos mais baratos, como BNDES, carências.

Eu sou do ramo alimentício e sabemos muito bem que o comércio varejista não tem esses acessos. Mas se falar da cadeia frigorífica, a indústria, estes têm tudo o que querem, e muito mais. Sem contar os grandes empresários das grandes redes de supermercados, que faturaram muito no momento da pandemia, porque não houve flexibilização nas suas dependências; também depósitos de material de construção, que não tiveram flexibilização nenhuma na pandemia.

Já o pequeno e o médio comerciante têm sido perseguidos por fiscalização que não tem sequer um pinga de amor a este país, ao emprego daquele que está dentro desses comércios. Então, lamentavelmente é isso que acontece, são os grandes querendo acabar com os pequenos, e o Governo do Estado que não se preocupa com pequeno e médio empresário.

Tenho recebido grupos das escolas particulares, assim como todos os Srs. Vereadores têm recebido empresários que hoje atuam nas escolas particulares, que estão

fechando, muitos endividados, e não há ninguém para socorrê-los. Então, nós não podemos pensar só num único segmento, porque todos empregam, todos recolhem impostos, e todos necessitam de ajuda, de socorro.

Eu acho que tem que rever esses valores. E também passarmos a investir mais no pequeno e médio empresário, para que este possam continuar empregando, e com isso termos uma economia mais equilibrada.

Temos muitas pessoas desempregadas neste país. E lamentavelmente o comércio, infelizmente, acabou desempregando muitas pessoas. E muitos empresários não retornaram e não retornarão mais com as suas atividades.

Um apelo também em relação às pequenas e médias escolas privadas, que não têm mais como se sustentar. Então o retorno às aulas é algo que tem que ser avaliado com muita cautela. Os servidores públicos estão recebendo os seus salários em dia. Eu não tenho nada contra, pelo amor de Deus, sou favorável, mas não podemos também deixar de acolher aquele que não tem de onde tirar esse recurso para poder se manter. Tem proprietário de escola que hoje não tem dinheiro para pagar a gasolina do seu carro para andar na cidade de São Paulo.

Bom, quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença do nobre colega Vereador Aurélio Nomura, do PSDB; do Vereador Daniel Annenberg, do PSDB; da nobre Vereadora e Vice-Presidente desta Comissão Edir Sales, do PSD; do nobre Vereador Fernando Holiday, do Patriota.

Gostaria de abrir a palavra para os nobres Vereadores.

Algum nobre colega Vereador desta comissão gostaria de se pronunciar? (Pausa)

Bem, pelo visto, acredito que não. Então vamos dar continuidade.

Gostaria de saber se há algum inscrito. (Pausa)

Esta audiência estava marcada para a data de ontem, mas, devido, lamentavelmente, ao falecimento do pai do nobre Colega Milton Leite, Vereador e Presidente desta Casa, e também do seu irmão Edson, ambos moradores da zona Sul de São Paulo, nós

adiamos essa audiência pública para hoje. Talvez, em razão disso, alguns inscritos não conseguiram, hoje, se apresentar para encaminhar as suas propostas e contribuições em relação ao PL 309/20.

Eu acredito que todos os colegas Vereadores e Vereadoras vão entender que esse não é o momento para aumentarmos os impostos. Quando esse projeto passou na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, no começo do ano, eu disse que não era o ideal, e que poderíamos, futuramente, quando a economia estivesse “mais instável”, nesse momento difícil, todos estivessem mais fora desse momento difícil, que é o momento da pandemia que vivemos hoje, que pudéssemos pensar num projeto semelhante. Então não é o momento. E isso de fato vai prejudicar o consumidor final, que já paga muitos impostos; paga muito caro também quando vai adquirir qualquer tipo de empréstimo. Então isso realmente é ruim para a economia.

Como não há mais nenhum Vereador inscrito, já coloquei aqui a minha opinião. E deixo para que os nobres colegas Vereadores e Vereadoras desta Casa, e também o Presidente desta Casa, o Vereador Eduardo Tuma, possam analisar com muito carinho o PL 309/20. Não é exatamente o momento de nós aumentarmos os impostos e repassá-los para o consumidor final.

Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada esta presente audiência pública.

Muito obrigado a todos que estão nos assistindo pela TV Câmara e pelo *link* Auditório Online.

Obrigado a todos. Boa tarde.